

**AgRg no HABEAS CORPUS Nº 497.492 - MS (2019/0067116-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**AGRAVANTE** : RICARDO ALEXANDRE COTRIM DE REZENDE  
**ADVOGADO** : RICARDO ALEXANDRE COTRIM DE REZENDE -  
MS016969  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
DO SUL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
DO SUL

**EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. CRIME DE CORRUPÇÃO PASSIVA. DOSIMETRIA. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AUMENTO PROPORCIONAL E RAZOÁVEL. PENA EM ABSTRATO QUE VARIA ENTRE 2 E 12 ANOS DE RECLUSÃO. RECURSO IMPROVIDO.

1. Embora não sirva o *habeas corpus* à revisão da dosimetria das penas, claras ilegalidades poderão merecer a correção por esta via.
2. Há fundamentação válida e suficiente para a elevação da basilar consistente no fato de o acusado ter se valido *da condição de policial civil para se aproveitar de pessoa indefesa e para atemorizar a vítima*, deixando de investigar devidamente denúncia de abuso sexual sofrido por vítima menor de idade.
3. É proporcional e razoável ao caso concreto o acréscimo conferido na origem de 1 ano e 3 meses acima do mínimo legal, tendo em vista que o delito pelo qual o agravante foi condenado possui pena em abstrato de 2 a 12 anos de reclusão (art. 317 do CP).
4. Agravo regimental improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 06 de junho de 2019 (Data do Julgamento)

**MINISTRO NEFI CORDEIRO**

Presidente e Relator

